

# A ÍNDIA E A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UNIÃO EUROPEIA

Constantino Xavier

Sete anos depois da primeira cimeira União Europeia-Índia, realizada em Lisboa sob os auspícios de António Guterres e Atal Vajpayee, em Junho de 2000, Portugal volta a ocupar uma posição de destaque numa das mais importantes parcerias estratégicas e cimeiras anuais que Bruxelas mantém com um restrito grupo de seis países. A oitava cimeira está agendada para o mês de Novembro, provavelmente no seguimento da cimeira com a China, em Pequim, e contará, do lado europeu, com uma privilegiada presença portuguesa, com José Sócrates e Durão Barroso na qualidade de representantes do Conselho e da Comissão da União Europeia (UE), respectivamente.

O contexto da cimeira assume contornos favoráveis para todos os seus intervenientes.

Para a Índia, é mais uma oportunidade para se afirmar no plano internacional como uma peça fundamental no plano da Ásia e do mundo, bem como para explorar o interesse dos agentes económicos europeus para assim garantir, de forma continuada, o seu crescimento económico. Para a UE, a cimeira apresenta-se como

mais uma oportunidade para testar a sua capacidade de agir de forma coesa e integrada no plano externo, bem como para passar uma mensagem clara de que vê a emergência indiana como um desafio positivo e não como uma ameaça à sua preponderância contemporânea e ao seu peso histórico. Finalmente, para Portugal, o crescente interesse que a Índia tem suscitado do lado português, em 2006 e 2007, e a nossa presidência europeia conjugam-se e traduzem-se num momento único para que o plano bilateral luso-indiano seja reavivado e para que se possa cobrir o atraso com que partimos nesta redescoberta da Índia.

Paradoxalmente, o sucesso da presidência portuguesa em relação à Índia reside, em grande medida, na capacidade de valorizarmos o plano bilateral.

A presidência britânica, em 2005, mas também as suas sucessoras austríaca, finlandesa e alemã, souberam todas perseguir, de forma mais ou menos subtil, os seus respectivos interesses nacionais, associando-os de forma estratégica aos da UE. Sem prejuízo para as reais responsabilidades que advêm de um cargo destes,

é de importância elementar que Portugal o saiba fazer também, especialmente tendo em conta o estado embrionário em que se encontram as relações entre os dois países e o largo desconhecimento a que Portugal ainda é sujeito no segundo mais populoso país do mundo.

### **A «AUSÊNCIA» DA ÍNDIA DA AGENDA DA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA**

Nesse sentido, o ano começou de forma positiva, com a visita do Presidente da República saldando-se num sucesso que permitiu renovar vários acordos de cooperação e, de forma geral, permitir uma primeira familiarização com os principais actores políticos e económicos indianos, de forma a preparar a presidência europeia e a visita bilateral que o primeiro-ministro deverá associar à cimeira de Novembro. No entanto, é surpreendente registar que, perante as prioridades que o nosso meio diplomático e político pretende acordar à nossa presidência, do tratado constitucional europeu, passando pela relação transatlântica, por África, pelo Brasil e até à China, entre muitas outras áreas geográficas e temáticas, a Índia prima pela ausência.

Não são negligenciáveis, no entanto, os desafios europeus que recaem sobre os ombros portugueses entre os meses de Julho e Dezembro, especialmente no contexto da parceira estratégica e do Plano de Acção Conjunto UE-Índia, em vigor desde 2005. Em relação a um conjunto de questões de âmbito global, torna-se urgente integrar a Índia de forma proactiva em várias instâncias multilaterais, do comércio e da segurança ao ambiente e às migrações.

É de sublinhar que a notícia do colapso das negociações da Agenda de Doha, realizadas em 2005, em Genebra, sob os auspícios da Organização Mundial do Comércio, foi recebida com euforia e mesmo celebração na Índia, sendo o evento interpretado como uma vitória e demonstração de força indiana na sua qualidade de líder dos países em desenvolvimento, agrupados no G-20. Dos dois lados da baricada negocial, ambas as partes procuram agora preservar os seus interesses considerados vitais, seja o mercado laboral, os têxteis e a Política Agrícola Comum, do lado europeu, ou o excessivo proteccionismo das indústrias, a segurança alimentar e o regime de excepção para um vasto leque de «produtos especiais» agrícolas, do lado indiano. Mas o sucesso do reatamento das negociações de Doha depende, a longo termo, da capacidade em a UE contribuir para que seja incutido um maior sentido de responsabilidade no Governo indiano, não só na área comercial, mas também nas negociações de um novo protocolo (pós-2012) de combate às alterações climáticas, de um novo regime de patentes e de direitos de propriedade intelectual e também em questões relativas à liberalização dos mercados, segurança internacional, migrações e saúde. Este objectivo só poderá ser alcançado por via de uma maior integração institucional da Índia nos vários fóruns e instituições internacionais (atendendo ao seu peso demográfico e à discriminação de que se sente alvo), assim moderando as suas reivindicações periféricas que, muitas vezes, se pautam por excessiva inflexibilidade. Contrastando com este plano global, tor-

na-se igualmente urgente denunciar a imagem de uma «Europa-fortaleza», crescentemente isolada do resto do mundo – uma ideia que começa a ganhar terreno na *Weltanschauung* indiana. As crescentes restrições que, ao longo da última década, têm sido impostas à emigração indiana para o espaço económico europeu, bem como os lamentáveis comentários xenófobos e proteccionistas que acompanharam a aquisição da multinacional europeia Arcelor pelos indianos da Mittal Steel, em 2006, deixaram marcas profundas do lado indiano que assumem, por vezes, reacções vingativas e agressivas noutras áreas, das mesas de negociação internacionais aos debates internos e à sociedade civil. É, por isso, necessário transmitir não só a ideia, mas também a realidade de uma Europa plural, aberta à mobilidade e ao diálogo transcontinental e intercivilizacional.

Uma Europa do futuro só poderá ser uma Europa aberta ao mundo. Infelizmente, na Índia, a Europa faz, em grande medida, ainda parte do passado colonial e é nesse sentido que as palavras de Jawaharlal Nehru durante o Congresso Indiano de Lahore, em 1929, assumem um significado de grande acutilância contemporânea: «A Ásia, e mesmo a Índia, irão desempenhar um papel fundamental no futuro da política internacional. A Europa deixou de ser o centro de actividade e de interesse do mundo.» Já este ano, em Abril, o ex-ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, Joschka Fischer, mostrou-se surpreendido e exigiu uma maior introspecção europeia, ao ouvir Jaswant Singh, o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros indiano (1998-2001), referir que o

século XXI irá testemunhar três superpotências – a Índia, a China e os Estados Unidos – e omitir, por completo, qualquer referência à UE.

Passar a Europa do passado para o futuro do imaginário indiano requer uma estratégia que a nossa presidência deve valorizar de forma privilegiada, a vários níveis. Inclui, no plano económico, procurar não só transmitir os fenómenos de crescente competitividade, inovação e da emergente capacidade de internacionalização dos empresários e das indústrias europeias, mas também garantir a continuação da participação indiana em projectos conjuntos nas áreas da ciência e da tecnologia, exemplificada nos casos do Sistema de Navegação por Satélite Galileu, da cooperação no campo espacial, do reactor experimental de fusão nuclear ITER ou das redes de investigação e intercâmbio em sectores como a biotecnologia e a farmacêutica.

É, no entanto, no plano político que mais se coloca o potencial de renovação da imagem europeia na Índia. Tendo em conta que ambas as partes procuram um papel e uma voz mais relevantes no sistema internacional e que partilham um leque de ideias políticas fundamentais – caso da democracia, do pluralismo, da defesa dos direitos humanos, do multilateralismo, da estabilidade e da paz internacional, bem como da multipolaridade (conceitos presentes em quase todas as declarações conjuntas pós-cimeira, desde 2001) – esta é uma área cujo potencial de aproximação se encontra subaproveitado. Embora seja uma ideia prematura, um eixo ou uma comunidade das democracias tem encon-

trado alguma ressonância nas elites estratégicas indianas e mesmo na sua opinião pública. Sem entrar no perigo de sucumbir a eixos maniqueístas assentes na exclusividade, caberá à UE o papel essencial de cativar o peso e a mais-valia indiana para que se possa repensar a infra-estrutura que suporta o sistema internacional, da reforma institucional das Nações Unidas à promoção de estratégias de desenvolvimento económico, e que garantam a estabilidade e a paz internacional assentes na ideia democrática.

Sessenta anos depois de conquistar a sua soberania, é compreensível que a Índia ainda se mostre reticente em compreender e abraçar modelos de integração regional sobre os quais paira a real possibilidade de uma era pós-soberana e federal. Mesmo assim, é de explorar o crescente interesse que a Índia tem dedicado ao sucesso do modelo de integração europeu, de forma a derivar dele lições para o contexto regional da Ásia do Sul. A recente participação da UE como observadora na 14.<sup>a</sup> Cimeira da Associação para a Cooperação Regional na Ásia do Sul (SAARC), em Abril passado, espelha assim a possibilidade de a Índia vir a alterar a sua imagem da UE. A diplomacia indiana tem demonstrado dificuldades em lidar com a complexa e original arquitectura institucional da UE e tal tem-se reflectido, de forma negativa, na insistência do Governo indiano em favorecer o plano bilateral, país a país, em detrimento de uma estratégia concertada com os vinte e cinco, embora o alargamento a Leste (onde se situam alguns dos seus mais importantes parceiros económicos na Europa) prometa mudança.

## **TRUNFOS EUROPEUS**

Para perseguir os seus próprios interesses, em detrimento de ou em sintonia com os indianos, a UE tem um importante leque de estratégias e trunfos a serem explorados. Por mais que se queira demonstrar desinteressada em reatar importantes negociações internacionais ao nível comercial e económico, a Índia dependerá de importantes fontes europeias de investimento directo estrangeiro para sustentar as suas altas taxas de crescimento. Para ver satisfeita a sua reivindicação de potência nuclear reconhecida internacionalmente, o acordo de cooperação nuclear que negocia actualmente com os Estados Unidos terá de ser aprovado por todos os 45 membros do Grupo de Fornecedores Nucleares (NSG), entre os quais estão os 27 membros da UE e a Comissão Europeia, como observadora. Para aceder ao tão aspirado estatuto de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Índia dependerá também de uma complexa arquitectura de apoios, em que se inclui a reivindicação congénere por parte da Alemanha. Finalmente, com as eleições legislativas indianas agendadas para inícios de 2009, interessa ao Governo liderado pelo Partido do Congresso (INC) e pelo primeiro-ministro Manmohan Singh, deixar a sua marca no plano das relações com a Europa, sendo a actual parceria estratégica indo-europeia uma herança do Governo dos nacionalistas hindus do Bharatiya Janata Party (BJP), entre 1999 e 2004. Ao procurarmos promover estes vários objectivos e interesses europeus urge, no entanto, que tenhamos em atenção três aspectos essenciais para a Índia.

Primeiro, há que evitar, ao máximo, que a expressão e a formulação dos interesses europeus (e portugueses também) sejam interpretadas, pela parte indiana, como sendo lições de moral, facto que só perturbaria a cooperação num país que vive um momento de ressurgência nacionalista e em que os traumas coloniais ainda pontuam as suas percepções e interesses. Segundo, é necessário respeitar a forma quase sagrada como a soberania e a integridade territorial ainda são vistas na Índia. Nesse contexto, é salutar que a Comissão

do Parlamento Europeu para os Assuntos Externos (AFET) tenha recentemente aprovado um relatório mais moderado sobre o conflito na Caxemira, um assunto que, no passado, tem sido um repetido e desnecessário foco de tensão entre a UE e a Índia. Finalmente, há que saber resistir à natural tentação de comparar a Índia com o seu vizinho e histórico rival chinês, um assunto delicado que pode parecer simbólico e acessório, mas assume grande relevância, tanto para as autoridades governamentais, como para a sociedade civil indiana. *RJ*